

# “Raciocínio sociológico” e “raciocínio histórico”: as tensões entre duas tradições epistemológicas segundo Passeron e Prost

Ione Ribeiro Valle  
Universidade Federal de Santa  
Catarina  
ione.valle@ufsc.br

**Resumo:** Analisar dois tipos de racionalidade, que tanto aproximam quanto distanciam historiadores de sociólogos, é o objetivo primordial deste artigo. Para tanto, nos centramos nas abordagens apresentadas pelo sociólogo francês Jean-Claude Passeron e pelo historiador também francês Antoine Prost. Na tentativa de distinguir o “raciocínio sociológico” do “raciocínio histórico”, pautamo-nos inicialmente num diálogo entre esses dois pesquisadores, cujo foco é o lugar privilegiado que o ensino ocupa nos encontros reflexivos de ambas as disciplinas, o que não é comum em outros campos do conhecimento. É com base nesta perspectiva que nossos pesquisadores exploram suas concepções epistemológicas e desenvolvem seus argumentos sobre as aproximações/distanciamentos entre essas duas disciplinas e sobre o *métier* de historiador e o *métier* de sociólogo. Na tentativa de melhor compreender uma dimensão cara aos dois pesquisadores (a “convergência epistemológica entre história e sociologia”), elaboramos algumas assertivas que procuram caracterizar o movimento de aproximação/distanciamento do raciocínio sociológico com o polo experimental; outras foram elencadas para situar esse mesmo movimento relacional com o polo da reflexividade histórica. Nosso interesse foi destacar dimensões que ao mesmo tempo em que conceituam o raciocínio sociológico, definem o raciocínio histórico.

**Palavras-chaves:** “Raciocínio sociológico”. “Raciocínio histórico”. *Métier* de historiador. *Métier* de sociólogo.

## Introdução

*Falar de ensino tradicional é pleonasmo: o ensino é tradicional por definição e por função; é por meio dele que existe tradição, transmissão de alguma coisa que vem do passado a gerações que se renovam o tempo todo.*

Jean-Claude Passeron  
(1930-)

Interpretar o ponto de vista de um pensador, seja ele sociólogo, historiador ou pertencente a outro campo do conhecimento, sempre se revela um esforço ambivalente; corre-se o risco de reproduzir *ipsis litteris* suas ideias, o que não tem nenhum interesse, ou de atribuir a elas significados não presumidos pelo seu autor.

A complexidade dessa tarefa se torna ainda maior quando os autores que se quer priorizar, neste caso o sociólogo francês Jean-Claude Passeron (1930-) e o historiador também francês Antoine Prost (1933-), procuram identificar as convergências e as divergências entre história e sociologia; disciplinas vistas como “insularidades teóricas”, cujas bases interpretativas apresentam grande especificidade.

Tendo como principal foco de interesse a noção de “racionalidade sociológica” que, segundo Passeron, ocupa um lugar intermediário entre essas duas tradições epistemológicas, buscamos no diálogo<sup>1</sup> entabulado entre esses dois pesquisadores uma primeira inspiração para levar a efeito nosso esforço interpretativo. A segunda inspiração veio da vertente defendida sobretudo por Passeron, cujo objetivo foi apresentar parâmetros deontológicos que, além de definirem o seu “raciocínio sociológico” fornecem elementos para diferenciá-lo do “raciocínio histórico”. Na tentativa de caracterizar a “convergência epistemológica entre história e sociologia”, elaboramos na sequência algumas assertivas que colocam em perspectiva o movimento de aproximação/distanciamento entre as duas disciplinas. Por fim, retomamos a ideia de que é no ensino que está o ponto central de encontro entre historiadores e sociólogos.

### “Imaginação histórica”

O diálogo entre nossos dois pensadores teve como base principiológica os pontos de vista do historiador Prost. Sua argumentação parte da dimensão relativa à antiguidade da história, reconhecida como uma disciplina que não apenas permitiu à sociedade francesa se representar e se reconhecer, mas também se analisar. Essa disciplina não aparece com a mesma força em outros países, sendo própria da tradição cultural francesa, razão pela qual tem beneficiado os historiadores atuais mais que seus homólogos anglo-saxões. Mas a que tipo de raciocínio histórico se refere Prost? Desde os seus primórdios, essa disciplina se caracterizou como uma história um pouco sociológica, afirma ele, lembrando as dimensões apresentadas pelo político François Guizot (1787-1874), ao concebê-la como resultado de uma luta de classes<sup>2</sup>.

Prost assinala que, na França, “[...] a sociologia se desenvolveu nos confins da história e da filosofia e não graças aos métodos quantitativos importados dos Estados Unidos” (PASSERON; PROST,

(1) O diálogo entre Jean-Claude Passeron e Antoine Prost sobre história e sociologia foi publicado em 1990 pela Revista *Sociétés Contemporaines*, com o título "L'enseignement, lieu de rencontre entre historiens et sociologues".

(2) Segundo Prost, o próprio Karl Marx (1818-1883), numa célebre carta de 1852, confirma não ter inventado a noção de classes sociais, atribuindo essa "invenção" a historiadores burgueses, assim como aos fundamentos econômicos das classes sociais que foram, antes dele, utilizados por economistas burgueses.

1990, p. 8), como se costuma pensar. Para exemplificar, ele traz à memória as dificuldades enfrentadas por Émile Durkheim (1858-1917) ao tentar introduzir no campo universitário "uma verdadeira ciência do social", e o fato de que a história acolheu alguns sociólogos durkheimianos, figurando como uma espécie de disciplina refúgio para esses pesquisadores.

Apesar da fluência desse diálogo, importa-nos reter aqui, sobretudo, a abordagem metodológica sobre a qual ele se fundou para dar ênfase à maneira como historiadores e sociólogos podem convergir ou divergir sobre objetos históricos. Prost deixa clara sua tendência a opor com toda convicção dois tipos de raciocínio, que acabam distinguindo historiadores de sociólogos. O que ele considera como raciocínio sociológico pauta-se essencialmente na versão apresentada por Durkheim, o que o leva a admitir que sua concepção é muito restritiva, pois parte do pressuposto que toda afirmação deve ser submetida a uma validação crítica, ou a "procedimentos de administração da prova", de modo que, em se confirmando falsa a mesma será excluída, em se confirmando verdadeira será retida.

Segundo Prost, esse método experimental que valoriza a estatística não se mostra muito útil ao historiador porque este se orienta essencialmente pela diacronia. O historiador sempre quer saber como as coisas ocorreram em tempos passados. Seu primeiro reflexo é estimar que os fenômenos acontecem sempre de determinado modo ou que eles decorrem de evoluções que engendram certos resultados. Para o historiador, "o fenômeno social analisado é sempre produto de um processo de evolução no qual continuidade e transformação se mesclam num grau de importância a ser definido". (PASSERON; PROST, 1990, p. 8) Ele alerta para o fato de que quando se trabalha com os tempos de outrora geralmente inexitem séries quantificáveis que permitam análises algorítmicas, à maneira de Durkheim, impedindo de relacioná-las umas às outras. Ora, isso sem dúvida limita o uso que os historiadores podem fazer do raciocínio sociológico.

Para Prost, os historiadores mobilizam outro tipo de raciocínio que não supõe "administrar a prova", orientado segundo o que Paul Veyne (1930-) chamou de "pôr em intriga"; esse raciocínio pauta sua base explicativa nas razões, nas intenções e nas mudanças. E é em Raymond Aron (1905-1983) que ele se apoia para contrapor explicação, possibilitada pela análise das causas,

e compreensão, factível por meio do estudo das razões e das variações. Evidentemente, a partir do seu entendimento, à história cabe essencialmente a compreensão, pois “o historiador tende a analisar os acontecimentos como resultado da interação entre atores que, ao agirem num dado campo de imposições, perseguem objetivos, têm intenções, põem em prática estratégias, visando o enfrentamento de outros atores cujas intenções e estratégias divergem”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 9)

Esse tipo de raciocínio, como não poderia deixar de ser, exige um esforço de hierarquização das diferentes motivações, assim como das diversas obrigações que os atores levam em conta, mas jamais será possível provar a inevitabilidade dos resultados alcançados. Por isso, “[...] o historiador num momento ou noutro sempre se volta aos grandes eventos históricos como uma borboleta sempre procurando circundara luz”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 9)

Tendo como referência esses dois tipos de raciocínio, na ótica de Prost, a história social pode se pretender científica, no sentido durkheimiano, graças ao rigor metodológico que adota em seus procedimentos<sup>3</sup>, mas esse certamente não é o caso da “história relato”, daquela história que se limita a “pôr em intriga”. Embora se mostre muito interessante, essa história não pode ser considerada uma ciência pois, como todo relato, ela depende da arte daquele que a conta, assim como de sua habilidade em conciliar motivações e mudanças. E essa lhe parece ser uma das razões que leva, não raramente, os historiadores a se verem como “literatos”: “a história é irremediavelmente literária, porque se faz com palavras e não com números, e com palavras que sempre estão um pouco à margem das realidades que elas querem designar”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 24)

### “Imaginação sociológica”

A perspectiva adotada por Passeron, na sequência do diálogo, longe de se contrapor a de seu colega historiador, inicia-se reafirmando a antiguidade da história. Ele ressalta que, como “prática regulada do relato”, a profissão (intelectual) de historiador é a mais antiga no mundo das civilizações, embora reconheça que outras profissões reivindicam essa mesma glória. Já a “imaginação sociológica”,<sup>4</sup> segundo ele, se situa no outro extremo. É uma disciplina jovem, ou talvez pré-adolescente, ainda em estado de

(3) Passeron cita como exemplo de uma produção histórica de grande envergadura, pautada essencialmente numa técnica estatística, a obra de Prost, dedicada a um fenômeno caro aos sociólogos: a democratização do ensino. (PROST, 1986)

(4) Passeron recorre a esta expressão que dá título a uma das obras de Mills (1975)

(5) Para caracterizar a educação como um objeto privilegiado, Passeron apoia-se no que define como "história intelectual das duas disciplinas ou sociologia da troca científica", citando como referência a obra *L'évolution pédagogique en France* de Durkheim, publicada em 1938.

(6) Passeron considera a interdisciplinaridade como um problema epistemológico importante que remete às formas e aos graus de envolvimento entre as disciplinas. Esse problema, do seu ponto de vista, costuma ser abordado com grande generalidade ("uma generalidade sem ancoragem nem margem"), o que o leva a indagar se não seria mais interessante, porque mais concreto, colocá-lo em termos da diferença ou da proximidade dos métodos e da situação epistemológica das duas disciplinas.

"revolução científica", o que a leva a não ter atingido, nos termos de Thomas Kuhn (1922-1996), a condição de "ciência normal". Consequentemente, é do passado próprio de cada uma das disciplinas que vem a maior parte das suas diferenças: duas formas diversas de tradição profissional, duas maneiras distintas de buscar a integração acadêmica, dois modos próprios de formular os seus raciocínios epistemológicos.

Para Passeron, o principal desafio quando se trata das relações entre sociologia e história consiste em explicar porque duas disciplinas epistemologicamente indiscerníveis permanecem tão discerníveis sociologicamente. Sua reflexão toma como referência o campo do ensino que considera como um lugar privilegiado de encontro<sup>5</sup> entre essas duas disciplinas; aspecto este que tem se revelado pouco provável entre outras áreas (política, economia, religião...). Certamente, esse lugar de encontro tem contribuído para fazer avançar simultaneamente duas abordagens teóricas e/ou epistemológicas, para fazer com que suas dimensões se tornem mutuamente irreduzíveis.

A primeira dessas abordagens, vista como "bidisciplinaridade feliz" entre sociologia e história, assenta-se no esforço comum que consiste em explicitar o que há de específico na Escola como sistema e na Educação como processo social. Parece-lhe evidente que sociologia e história se deixam mais facilmente influenciar quando os trabalhos e as problemáticas envolvem o ensino. Ele percebe que atualmente é pouco provável que um historiador da educação empreenda um "relato" sobre as aventuras da escola sem se preocupar com a composição social dessa instituição, com suas funções sociais, com as dinâmicas de formação profissional. Do mesmo modo, nenhum sociólogo ousaria analisar a estrutura dos sistemas de ensino, os fins e as políticas educacionais sem considerar o passado histórico dessas instituições, suas reformas ou a evolução de suas técnicas pedagógicas e de registro. Todavia, ele precisa estar preparado para não se deixar levar pelas áreas de escuridão projetadas pela luz ofuscante da história.

A segunda abordagem remete à especificidade desse objeto privilegiado que permite combinar método histórico e método sociológico, o que possibilita apreender a posição epistemológica e metodológica das duas disciplinas, assim como sua complementaridade e suas identidades. Segundo Passeron, não se está diante de um fenômeno simples, muitas vezes

justificado pela tentativa de promover a “interdisciplinaridade”<sup>6</sup> por meio unicamente de uma importação/exportação “selvagem” de conceitos e de termos epistemologicamente legitimados. O que ocorre, na verdade, é um diálogo entre historiadores e sociólogos norteado por uma espécie de hibridação, de interfecundação, de circulação e troca de métodos e de temas de investigação. Esse diálogo se torna factível somente porque historiadores e sociólogos, por partilharem “o mesmo *regime epistemológico*”, se leem mutuamente, pois cada um reconhece no trabalho do outro, suas próprias interrogações, além da necessidade de a ele fazer apelo. Passeron entende que

o exame da sociologia e da história do ensino é revelador da posição-chave ocupada pela educação e/ou socialização (a) em relação à ‘reprodução social’ e à mudança histórica, isto é, do ponto de vista da pertinência *diacrônica* dos modelos; (b) em relação às solidariedades funcionais ou às disfunções que ligam, quando se opera um corte *sincrônico*, o sistema de ensino aos demais sistemas ou aos funcionamentos sociais. (PASSERON, PROST, 1990, p. 11)

Se é no ensino que a sociologia e a história encontram as condições privilegiadas para atuar em parceria, graças aos propósitos comuns que as unem – ambas se interessam pela história das sociedades humanas, ambas estão comprometidas com os processos educacionais dessas sociedades –, é nesse mesmo espaço social e científico que as duas disciplinas afirmam suas diferenças, definem suas identidades, reconhecem-se como “ilhas de inteligibilidade”, nos termos de Passeron, veem com clareza suas *raisons d'être*.

Apesar dos desabridos enfrentamentos pelo controle de territórios, instituições ou influências que ocorreram ao longo do século XIX e início do século XX, ancorados muitas vezes em verdadeiras “profissões de fé epistemológica”, a sociologia assim como todas as outras ciências sociais<sup>7</sup> é uma disciplina histórica: “uma disciplina é histórica quando seus enunciados, em se tratando de distinguir o que é verdadeiro do que é falso, não podem estar desindexados dos contextos de onde foram levantados os dados que para ela têm sentido”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 15) Em outras palavras, todo pesquisador precisa dizer de que espaço geográfico

(7) Segundo Passeron, “nenhuma das ciências sociais é, por definição, capaz de submeter suas formulações à prova empírica no quadro do modelo lógico” elaborado por Karl Popper (1902-1994). (PASSERON; PROST, 1990, p. 19).

ou nação está falando, que período está abrangendo, a que sistema social e educacional está se referindo. Ou seja, ele precisa ser sensível à dimensão histórica dos seus objetos, assim como aos pilares que sustentam as diferentes configurações históricas. A sociologia não pode, portanto, em momento algum, esquecer que é, assim como a história, senão uma disciplina do “relato”, ao menos uma disciplina que somente diz algo interessante quando produz conhecimentos sobre a maneira como se entrelaçam as sucessões de fenômenos históricos.

Nesse sentido, e seguindo o raciocínio dos dois autores, cabe uma questão de fundo que deverá orientar a continuidade desta reflexão: se a convergência epistemológica entre história e sociologia não deixou de se afirmar desde meados do século passado, tornando descabidas as oposições que nutriram “o debate entre uma *épistémè* do relato e de suas fontes e uma *épistémè* da natureza social e de sua nomologia” (PASSERON, 1991, p. 58), o que cada uma dessas disciplinas pode reivindicar como específico?

### “Identidade social e identidade lógica de uma disciplina”

Ao constatar que as diferenças entre história e sociologia se evidenciam nas práticas profissionais mais do que nas dimensões epistemológicas, Passeron formula a hipótese de que, visado construir suas assertivas sobre uma mesma estrutura de observação, essas disciplinas acabaram adotando como *seu* um discurso performativo, apoiado em conceitos que expressam tanto antagonismos quanto afiliações. Ele sublinha que enquanto os conceitos sociológicos são ou *polimorfos* ou *estenográficos*, as tipologias históricas são elaboradas a partir de um material conceitual que acaba justapondo, no momento da abstração, o muito e o muito pouco.

Para Passeron, essas diferenças podem ser explicadas simplesmente pelo fato de que cada uma das disciplinas foi se especializando num dos polos metodológicos pertinentes à racionalidade do fenômeno histórico: “A diferença metodológica (e não epistemológica) dos dois tipos de raciocínio teria governado eficazmente a especificidade disciplinar, permitindo resistir por longo tempo aos mecanismos sociais de hibridação interdisciplinar”. (PASSERON, 1991, p. 71) Entretanto, essa resistência (identitária) não poderia persistir por tempo indeterminado, pois, comolembra

Bhabha, o “reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição”. (BHABHA, 2003, p. 21)

A preocupação evidenciada por Passeron, que acaba por reafirmar o que o motivara em 1968 ao publicar a obra *A profissão de sociólogo*, em parceria com Bourdieu e Chamboredon, permanece centrada na luta por reconhecimento científico dessa jovem ciência. Por essa razão, ele procura explicitar seu entendimento sobre o que caracterizaria o raciocínio sociológico, locução que dá título ao seu livro publicado em 1991. Seu ponto de partida é a verificação de que “a historicidade do objeto é o princípio de realidade da sociologia”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 17) Desse modo, as fronteiras se mostram vacilantes, pois nenhum sociólogo pode se definir como sociólogo se não considerar o fato de que “é sem cessar chamado à ordem histórica”.

Para construir sua noção de raciocínio sociológico, Passeron começa revisitando dois pensadores clássicos: Durkheim e Max Weber (1864-1920). Na obra *As regras do método sociológico*, publicada em 1895, Durkheim utiliza como sinônimos método sociológico e método comparativo, o que significa levar em conta não apenas o método das variações concomitantes, visto como o esquema mais simples posto em prática pelo método experimental, mas também a comparação histórica, cuja aplicação se revela frágil, uma vez que exige contentar-se com operações pouco codificáveis em termos metodológicos.

Passeron também lembra que a sociologia religiosa de Weber aparece como um “canteiro comparatista”, evidenciado no conjunto da sua obra mas sobretudo em *A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo*, publicada em 1904. Segundo Passeron, a comparação histórica, descrita com um “otimismo metodológico excessivo” por Weber, “consiste em utilizar o esquema do *método das diferenças* [...] para validar uma relação necessária ou ‘regular’ (frequente) entre traços históricos que permitem construir ‘tipos ideais’”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 14)

Como se pode ver, os diferentes usos metodológicos, amplamente empregados pelos dois pensadores e não apenas na perspectiva da experimentação, uma vez que não se pode agir sobre fenômenos observados, repousam sobre os mesmos princípios lógicos, ou seja, o raciocínio estatístico. No entanto, simplesmente



(8) Buscamos como inspiração aqui a noção de “entrelugar”, amplamente utilizada nos estudos culturais, inclusive com forte representação do pensamento literário brasileiro, com destaque para a obra de Silvano Santiago, publicada em 1978, intitulada “O entrelugar do discurso latino-americano”. Sobre essa discussão teórica, ver Souza (2007, p. 486-498). Também nos parece pertinente a noção de “entrelugar”, empregada por Bhabha (2003) como base para analisar “vidas na fronteira”, para interrogar identidades culturais, para compreender as ambivalências do discurso neocolonial.

(9) Este esquema ilustra o diálogo entre Passeron e Prost (1990, p. 13). Além disso, ele é reapresentado na obra *O raciocínio sociológico* (1991, p. 74) com o objetivo de apoiar os argumentos do autor.

pelo fato de que esse tipo de raciocínio fala do mundo histórico, ele se torna um raciocínio sociológico.

Da reflexão durkheimiana, apreendida numa perspectiva otimista, porque essencialmente nomológica, Passeron retém o movimento que caracteriza o raciocínio sociológico: quanto mais ele se aproxima do polo do relato histórico, mais ele se distancia das garantias possibilitadas pelo raciocínio experimental.

De Weber, Passeron detém a assertiva de que uma relação sociológica interessante deve ser ao mesmo tempo significativa e causalmente adequada, ou seja, adequada quanto ao sentido, à interpretação, mas também quanto às constatações que a estabelecem. Ao atribuir a “singularidade” de toda “configuração histórica” às exigências da racionalidade, Weber aponta para a necessidade de situar o raciocínio mobilizado pelos sociólogos entre o raciocínio experimental e o raciocínio que é próprio dos historiadores.

Para facilitar a compreensão da noção de raciocínio sociológico, posicionada numa espécie de entre-lugar<sup>8</sup> no qual se efetuam diferentes imbricações, Passeron propõe formas racionais híbridas que se entrecruzam permanentemente, apresentadas no esquema abaixo.<sup>9</sup> Seu intuito é sobre levar o binarismo que marcou a trajetória dessas duas tradições epistemológicas. É por meio do esforço de articulação das diferenças, percebidas como fruto de uma combinação complexa, nunca finalizada, que ele procura conferir força aos híbridos teóricos, os quais se tornam ainda mais necessários nos momentos de importantes mudanças históricas.

HISTÓRIA HISTÓRICA		RACIOCÍNIO ESPERIMENTAL
Relato histórico		Raciocínio estatístico
	RACIOCÍNIO SOCIOLÓGICO	
Síntese histórica		Raciocínio comparativo

Ao situar o raciocínio sociológico entre o polo do relato histórico, cuja narrativa perde força à medida que se aproxima da síntese histórica, e o polo do raciocínio experimental, em que a perda de vigor aumenta à proporção que se aproxima do raciocínio comparativo, Passeron reafirma a complexidade das análises que envolvem formas disciplinares híbridas. Para tentar acompanhar sua reflexividade, destacamos dimensões que ao mesmo tempo em que conceituam o raciocínio sociológico, definem o raciocínio histórico. Algumas assertivas foram eleitas para caracterizar o movimento de aproximação/distanciamento do raciocínio sociológico com o polo

experimental; outras foram elencadas para situar esse mesmo movimento relacional com o polo da reflexividade histórica.

1. *A historicidade do mundo empírico.* Uma das assertivas que nos parece bastante contundente diz respeito ao fato de que o raciocínio sociológico não pode confinar-se unicamente num raciocínio experimental. Segundo Passeron, o raciocínio estatístico, por se apropriar da linguagem das probabilidades e colocar em relação variáveis que visam conclusões, também é um raciocínio experimental, pois até mesmo uma proposição asceticamente estatística do mundo histórico se torna interpretativa. Todavia, ao enunciar o mundo empírico, ao atribuir sentido ao enunciado de suas correlações formais, as frases são invadidas pelo contexto, seja explícito ou subliminar. Isso faz com que não exista uma “*linguagem protocolar de descrição do mundo social*”, pois “*toda linguagem de descrição do mundo ‘contém teoria’*”. (PASSERON; PROST, 1990, p. 25, grifos do autor) Evidentemente, isso supõe não tratar as variáveis como naturais, o que as tornaria trans-históricas. O sociólogo reconhece que, embora uma tabela estatística seja incriticável quanto aos seus enunciados formais, ela pode não significar nada porque, isolada ou descontextualizada, nada diz sobre o curso histórico do mundo.
2. *O raciocínio sociológico não se confunde com o método idiográfico.* Uma das particularidades do raciocínio sociológico é, segundo Passeron, a de jamais se confundir com o que Paul Veyne chama de “*idiografia*”, referindo-se à crônica ou ao inventário. O método idiográfico se opõe ao método nomotético que, sobretudo no sentido atribuído por Weber, permite a apreensão de regularidades, de tendências ou mesmo a formulação de leis. Parece-nos importante retomaraqui as ilusões “*naturalistas*” de alguns jovens, de Augusto Comte (1798-1857) a Durkheim, embora reconhecendo que, apesar delas, a sociologia sempre tem estado mergulhada no espaço da racionalidade. Ou seja, o raciocínio sociológico não pode restringir-se a uma espécie de sociografia (limitando-se a mera descrição dos fenômenos sociais), assim como não pode circunscrever-se unicamente ao raciocínio idiográfico, apreendendo os contextos de forma isolada e/ou tratando os fatos separadamente.
3. *O raciocínio sociológico é um raciocínio misto.* Por meio desta assertiva, Passeron alerta para o risco de se restringir esse raciocínio a um ponto fixo, uma vez que seus contornos estão

de certo modo definidos, pois o mesmo se situa no meio ou num ponto intermediário. Para o autor, o raciocínio sociológico funciona num movimento de vai-e-vem ao se deslocar entre os dois polos acima indicados. Além disso, o deslocamento se torna necessário e precisa ser permanente pois por meio desse raciocínio fatos datados e localizados (fatos próprios da história das sociedades humanas) são submetidos a tratamentos experimentais que momentaneamente devem pôr de lado essa datação e essa localização, que nada mais são do que a pretensão de chegar à origem, de alcançar a raiz. Passeron lembra que essa dificuldade em distanciar-se afeta com relativa facilidade o sociólogo uma vez que os conceitos descritivos sempre interpretam fatos explicitamente datados e localizados. Ele lembra que “o sociólogo se ilude facilmente a respeito do sentido trans-histórico (extracontextual) do seu discurso” (PASSERON, 1991, p. 63); ele não raramente se mostra pouco sensível à profundidade histórica dos seus objetos, à periodização e ao balizamento do movimento histórico.

4. *Nenhuma revolução teórica faz tabula rasa do passado.*

A terminologia sociológica está exposta a um duplo dilema: ou se mostra *muito* teórica, consequentemente pouco unívoca para orientar questões ao mesmo tempo insubstituíveis e próximas, ou se revela *pouco* teórica, porque centrada em particularidades que não permitem generalizações ou analogias. Além de um conhecimento do passado, a escolha dos conceitos sociológicos requer a mobilização de uma “memória teórica”, somente possível por meio da “vigilância semântica”, ou da análise da história das teorias, dos métodos, das enquetes. Passeron entende que, “nas ciências históricas [...], a exigência de uma memória conceitual é incomparável a pouca densidade do passado teórico das disciplinas especializadas (economia, demografia, linguística, psicologia experimental)”. (PASSERON, 1991, p. 43)

5. *O equilibrismo sociológico (seja praticado pelo historiador, sociólogo ou estatístico) deve admitir a situação metodologicamente arriscada de suas ambições generalizantes.* Ao reconhecer que o contexto da generalidade sociológica pode ser mais estrito do que o da singularidade histórica, uma vez que toda comparação histórica pode tornar equivalentes contextos semelhantes, Passeron sublinha que as “tipologias estão condenadas a tornar equivalentes contextos não equivalentes, pois sempre se procura enunciar generalidades que têm a singularidade de nunca alcançarem a generalidade *nomológica* da lei universal,

acessível unicamente às ciências experimentais". (PASSERON, 1991, p. 60) Ele ressalta ainda que em sociologia o rigor teórico não pode ser definido pela proximidade verbal aos princípios formulados por definições canônicas, nem tampouco pela fidelidade lexicológica a teorias de referência legitimadas em razão das suas generalizações.

6. *O raciocínio sociológico está condenado à "bricolagem"*. Por se tratar de um raciocínio compósito, misto, somente se pode elaborar enunciados tendo como suporte semânticas heterogêneas. Assim, é possível definir por meio de regras lógicas a equivalência ou a compatibilidade entre dois enunciados, mas jamais entre um enunciado e uma realidade. Ou seja, o raciocínio sociológico precisa misturar a gramática do modelo experimental com a semântica do relato histórico para efetivar seu trabalho interpretativo, pois "a língua de descrição do mundo histórico, comum à história e à sociologia, implica a impossibilidade semântica de um 'paradigma' estável". (PASSERON, 1991, p. 59) Desse modo, ao fazer "bricolagem", ao intercalar nas suas práticas procedimentos do raciocínio experimental ("momentos de pureza metodológica"), o raciocínio sociológico se distingue do raciocínio histórico e consegue ultrapassá-lo. Nesse sentido, fica evidente que nenhuma neutralidade descritiva, em relação aos efeitos da estrutura, é possível em toda linguagem sociológica que se propõe a falar do mundo, e especificamente do mundo histórico, como chegaram a pensar alguns sociólogos fundadores desta ciência.

7. *Dois tradições epistemológicas, um mesmo objeto*. Atualmente historiadores e sociólogos estão convencidos de que suas diferenças de estilo ou de método se tornaram completamente inconsistentes, sendo levados a perceber como anacrônica a querela que os separou por um longo período. Nesse sentido, Prost "reivindica como sendo específica do historiador a questão do tempo, do trabalho com o tempo, o recorte temporal, a montagem dos acontecimentos em acontecimentos articulados que de repente se revelam, sendo portadores de sentido porque inauguram e explicam um novo período". (PASSERON; PROST, 1990, p. 21-22) Ele reconhece que, no fundo, o interesse desse pesquisador se volta à história da sociedade, à história das relações, ao efeito das solidariedades entre os fenômenos sociais. Em outras palavras, o historiador, cuja maior tarefa é periodizar, está consciente de que o relato histórico não pode desconsiderar nem os conceitos descritivos, nem os conceitos sociológicos. Já o sociólogo precisa explicitar nas suas justificativas aquilo que o mobiliza ou, mais propriamente, sua

(10) Evidentemente, não poderíamos deixar de nos remeter aqui à noção de campo cunhada por Pierre Bourdieu, embora a mesma não tenha integrado as categorias elaboradas pelos dois sociólogos enquanto trabalharam juntos. Segundo Bourdieu (2001, p. 150), "todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. A questão da legitimidade surge da própria possibilidade deste pôr-em-causa, desta ruptura com a doxa que aceita a ordem corrente como coisa evidente".

"*déixis histórica*". Ele deve ancorar seus tratamentos de dados nos diferentes períodos, explicitar seus critérios, enfrentar os riscos do recorte temporal ou da delimitação de um espaço em função da história institucional, da história das representações, da história política. Parece, portanto, inquestionável que as duas disciplinas têm em vista o mesmo objeto, pois são tributárias da mesma "base empírica", mobilizam propriedades teóricas muito próximas e constroem seus objetos no *carrefour* de escolhas linguísticas relacionadas à nominação, à categorização e à periodização. Consequentemente, nada impede que o sociólogo recorra a materiais vindos do passado e que o historiador por sua vez se interesse por materiais contemporâneos, pois ambos podem mobilizar de modo metodologicamente pertinente não apenas esse entre-lugar, mas também esse entretempo.

8. *As divergências não são decorrentes apenas de uma histerese profissional*. As razões das divergências, manifestadas no tratamento de um material e de uma informação idênticos, não podem simplesmente ser atribuídas a um maior ou menor grau de cientificidade de uma disciplina em relação à outra. Seria certamente mais pertinente explicá-las por meio dos embates que configuram a vida intelectual e que edificam zonas fronteiriças separando os dois campos epistemológicos.<sup>10</sup> Esses embates de fronteira, que podem ser tanto consensuais quanto conflituosos, como lembra Bhabha (2003), são engendrados, desde muito cedo, nos contrastes entre as duas formações universitárias: no caso dos historiadores, predomina a homogeneidade dos estudos superiores realizados na própria disciplina e a precocidade da escolha de uma especialidade; no caso dos sociólogos, preponderam as origens heterogêneas, as reconversões, os itinerários enleados percorridos nos níveis universitários clássicos.

9. *O ensino como um terreno privilegiado de aproximação entre historiadores e sociólogos*. Para concluir a reflexão sobre as dimensões que explicitam a aproximação/distanciamento entre as duas disciplinas, retomamos a referência ao ponto de encontro que deu início a esta abordagem, enfatizado no diálogo entre Passeron e Prost. Ambos concordam que, quando se trata de investigar o campo educacional, é a lógica e os procedimentos do raciocínio experimental que têm migrado da sociologia para a história, enquanto que, no sentido inverso, são os conceitos de periodização e de civilização utilizados como quadros de inteligibilidade que têm forçado o pensamento sociológico a se abrir à interpretação dos dados. Passeron sublinha a necessi-

dade de os sociólogos, ao menos aqueles que não permanecem surdos à prática dos historiadores, ancorarem seus tratamentos de dados em períodos, explicitarem seus critérios, enfrentarem os riscos próprios do recorte temporal e/ou espacial em função da história institucional, da história das representações, da história política; e isso não pode ser alcançado tendo como chave analítica unicamente o raciocínio experimental.

## Finalizando...

Ao desenhar um quadro de referências para orientar a construção do seu “raciocínio sociológico”, Passeron não apenas aborda a complexidade de disciplinas cujos contornos são fluidos, cujas fronteiras são porosas, mas também a pluralidade de perspectivas que marcam as distintas reflexividades, ora confundindo-as, ora diferenciando-as. Se o movimento relacional de idas e vindas entre o raciocínio sociológico e o raciocínio histórico, voltados a um mesmo objeto, não pode ignorar a historicidade do mundo empírico, ele também não pode sucumbir aos perigos projetados, seja pela (sedutora) luz ofuscante dos tempos de outrora, seja pelas falsas antíteses e dicotomias generalizantes, que se revelam fortemente enganadoras.

Ao assinalar que a reflexividade científica precisa partir do pressuposto de que nenhuma revolução teórica é capaz de fazer tabula rasa do passado, Passeron alerta para os riscos que corre um raciocínio misto, tal como o sociológico, tanto ao se centrar no método idiográfico, quanto ao perseguir ambições metodológicas generalizantes, que podem até mesmo abrigar a “brigolagem” e afazer dela um *modus operandi* predominante. Enfim, nossos autores nos mostram, e seus argumentos se revelam de grande contundência, que as divergências entre história e sociologia, entre o *métier* de historiador e o *métier* de sociólogo, não procedem somente de uma determinada histerese profissional.

Acompanhar o diálogo entre Prost e Passeron nos ajudou a perceber que, apesar de seus distintos campos epistemológicos de afiliação, seus pensamentos convergem em vários sentidos, sobretudo quando se trata da investigação educacional, tida como um terreno propício à aproximação entre historiadores e sociólogos. Se, para o sociólogo da educação, o eixo diacrônico é tão fortemente estruturante que pode passar despercebido, para o historiador da educação, interessado nos antecedentes, todo objeto

é necessariamente sociológico pois diz respeito essencialmente a atores coletivos, uma vez que os atores individuais estão pouco representados.

Enfim, se é principalmente no campo educacional que historiadores e sociólogos se encontram, definindo e redefinindo suas identidades epistemológicas, diferentemente do que ocorre em relação a outras sociologias, onde há um abismo profundo entre os trabalhos históricos e os modelos ou paradigmas sociológicos, é no interesse comum pelos objetos educacionais que essas disciplinas reafirmam suas fronteiras reflexivas.

## **“Sociological Reasoning” and “Historic Reasoning”: the tensions between two epistemological traditions according to Passeron and Prost**

**Abstract:** The primordial objective of this article is to analyze two types of rationality, which both approximate and separate historians and sociologists. To do so, we focus on the approaches presented by French sociologist Jean-Claude Passeron and by French historian Antoine Prost. In an attempt, to distinguish “sociological reasoning” from “historic reasoning” we initially work with a dialog between these two thinkers, whose focus is the privileged place that education occupies in the reflexive encounters of both disciplines, which is not common in other fields of knowledge. It is based on this perspective that our researchers explore their epistemological concepts and develop their arguments about the approximations and distancings between these two disciplines and about the *métier* of historian and *métier* of sociologist. In an attempt to better understand a dimension important to the two researchers (the “epistemological convergence between history and sociology”) we develop some assertions that seek to characterize the movement of approximation and distancing of sociological reasoning with the experimental pole. Other affirmations are presented to locate this same relational movement with the pole of historic reflexivity. Our interest was in highlighting dimensions that conceptualize sociological reasoning, while simultaneously defining historic reasoning.

**Keywords:** “Sociological reasoning”. “Historic reasoning”. *Métier* of the historian. *Métier* of the sociologist.

## **“Razonamiento sociológico” y “razonamiento histórico”: las tensiones entre dos tradiciones epistemológicas según Passeron y Prost**

**Resumen:** El objetivo de este artículo es analizar dos tipos de racionalidad, que aproximan y distancian a historiadores y sociólogos. Por tanto, nos centramos en los abordajes presentados por el sociólogo francés Jean-Claude Passeron y por el historiador - también francés - Antoine Prost. Para comenzar

proponemos un diálogo entre los dos autores, cuyo foco es el lugar privilegiado que la enseñanza ocupa en los encuentros reflexivos de las dos disciplinas, lo que no es común en otros campos del conocimiento, con la tentativa de distinguir el “racionamiento sociológico” del “razonamiento histórico”. A partir de esta perspectiva es que nuestros autores exploran sus concepciones epistemológicas y desarrollan sus argumentos sobre las aproximaciones/distanciamientos entre las dos disciplinas y sobre el *métier* de historiador y el *métier* de sociólogo. Con la intención de comprender mejor una dimensión apreciada por los dos autores (la “convergencia epistemológica entre historia y sociología”), elaboramos algunas afirmaciones que buscan caracterizar el movimiento de aproximación/distanciamiento del razonamiento sociológico con el polo experimental, también incluyendo otras formas de situar ese mismo movimiento relacional en el polo de la reflexividad histórica. Nuestro interés fue destacar dimensiones que en el mismo movimiento tanto conceptualizan el racionamiento sociológico como definen el razonamiento histórico.

**Palabras clave:** “Razonamiento histórico”. “Razonamiento sociológico”. *Métier* de historiador. *Métier* de sociólogo.

## Referências

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo*. Preliminares epistemológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Claret, 2003.
- DURKHEIM, Émile. *L'évolution pédagogique en France*. Cours pour les candidats à l'Agrégation prononcées en 1904-1905. Paris: PUF, 1938.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- PASSERON, Jean-Claude. *Le raisonnement sociologique*. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel. Paris: Nathan, 1991. p. 57-88.
- PASSERON, Jean-Claude; PROST, Antoine. L'enseignement, lieu de rencontre entre historiens et sociologues. *Sociétés contemporaines*, Lyon, n. 1, mars, p. 7-45, 1990. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/socco\\_1150-1944\\_1990\\_num\\_1\\_1\\_940](https://www.persee.fr/doc/socco_1150-1944_1990_num_1_1_940)>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- PROST, Antoine. *L'enseignements'est-il démocratisé?* Les élèves des lycées et collèges de l'agglomération d'Orléans de 1945 à 1980. Paris: PUF, 1986.
- SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 11-28.



SOUZA, Marcos Aurélio dos Santos. O entre-lugar e os estudos culturais. *Travessias*. Cascavel, v. 1, n. 1, p. 486-498, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2748>>. Acesso em: 4 out. 2017.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967

Submetido em: 29/11/2017.

Aceito em: 05/02/2018.